

Elvas, História Viva

Número 3
Agosto de 2007



Castelo de Elvas

Índice

Editorial	pag. 2
Elvas, a sua história	pag. 3
Património Histórico de Elvas	pag. 5
Arquivo Histórico Municipal	pag. 7
Recriação Histórica	pag. 8
Museu de Arte Contemporânea	pag. 9
Biblioteca Municipal	pag. 10
Museu Rural e Etnográfico	pag. 11
As Nossas Freguesias	pag. 12
Feira do Livro	pag. 13
A Peça do Mês	pag. 14
Sabia que...?	pag. 15
Tesouros do Nosso Concelho	pag. 16



EDITORIAL

O número 3 da revista “Elvas, História Viva” tem mais uma vez em conta os equipamentos culturais do Município, com uma palavra especial desta vez para o recém-inaugurado Museu de Arte Contemporânea de Elvas.

Este espaço museológico de excelência que já conta com milhares de visitantes tem levado o nome de Elvas a todo o país, demonstrando que a aposta na Cultura é sempre uma aposta ganha. Graças a tudo isso, Elvas é cada vez mais um destino obrigatório para quem procura história, património e qualidade. A recuperação do edifício do antigo Hospital Distrital assim como da Casa das Barcas, dos Quartéis, dos Paços do Concelho, do Colégio Jesuíta, do Convento de São Francisco, entre outros, é uma estratégia que tem vindo a ser exercida pela Câmara Municipal de Elvas para proteger os valores culturais e patrimoniais do concelho, reabilitando imóveis históricos e

reutilizando esses mesmos imóveis para o bem da população.

Depois da Cimeira Internacional de Especialistas em Fortificações Abaluartadas, que deu a conhecer a nossa fortaleza a grandes investigadores de renome mundial, e do Festival Medieval que encantou a zona do Castelo no último fim de semana de Julho, podemos afirmar que o Município de Elvas apresenta uma dinâmica cultural ímpar e que, com a ajuda de todos, podemos conseguir juntos a classificação das nossas fortificações como Património da Humanidade.

A história de Elvas continua também neste número a ser contada à população, desta vez com destaque para os séculos XIV e XV. Na rubrica patrimonial, voltamos ao espaço agora utilizado pelo Museu de Arte Contemporânea e que outrora foi Santa Casa da Misericórdia de Elvas. A Biblioteca Municipal, cuja inauguração se revela próxima, o Arquivo Histórico Municipal, que há mais de um ano enriquece a cultura elvense, ou o futuro Museu Rural e Etnográfico, cujas peças estão a ser recuperadas, são investimentos que, mais uma vez, demonstram o dinamismo que está a ser imposto nesta área. Uma palavra ainda para um novo estudo trimestral dedicado a cada uma das nossas freguesias desta vez, Vila Fernando.

A cidade de Elvas continua a afirmar-se no panorama nacional e internacional porque aqui a História olha-se a cada recanto, a Cultura vive-se e todos nós devemos orgulhar-nos disso.

José António Rondão Almeida

ficha técnica

DIRECTOR

José António Rondão Almeida
(Presidente da Câmara Municipal de Elvas)

EDIÇÃO E PAGINAÇÃO

Gabinete de Informação da
Câmara Municipal de Elvas

REDACÇÃO

Elsa Grilo
Patrícia Machado
Tânia Rico
Rui Jesuíno

PERIODICIDADE

Trimestral

TIRAGEM

12.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Gratuita

IMPRESSÃO

Diana Litográfica do Alentejo
Évora



Elvas, a sua história

Parte III - Séc. XIV e XV - O final da Idade Média

No final da Idade Média, a guerra vai voltar ao panorama elvense. Mais propriamente no reinado de D. Fernando, Elvas via-se na linha da frente para a enfrentar e é considerada um ponto estratégico da ofensiva e defesa portuguesa. Por isso as suas defesas serão reforçadas, as atalaias¹ à volta da cidade restauradas e o castelo modificado. Constrói-se também a terceira cerca de muralhas com um perímetro muito superior à malha urbana da cidade (permite que nos séculos seguintes a cidade cresça protegida), garantindo uma área de cultivo que a abasteceria em caso de cerco e ainda a *Torre Nova*, hoje chamada de *Fernandina*². A nova muralha³ é constituída por 22 torres e 11 portas⁴: dos Banhos, perto da actual Porta de S. Vicente e Fonte da Prata; de Badajoz, onde hoje existe o portão do Regimento; dos Mártires, junto ao Mosteiro de S. Domingos; de Olivença ou Real, nas Portas de Olivença; de Évora, junto ao Mosteiro de S. João de Deus; de S. Pedro, junto aos Fornos d'El-Rei, na Rua das Portas de S. Pedro; de S. Francisco, ao fundo da rua com o mesmo nome; dos Enforcados, na actual Porta da Esquina; de S. Martinho, perto da antiga Igreja de S. Martinho; do Templo, junto à entrada da cerca árabe; e do Hospital, junto à Igreja de S. João da Corujeira. Algumas destas portas que ainda hoje são visíveis fizeram com que os antigos arrabaldes se tornassem agora nos novos *bairros*.

Em 1382 depois de ataques mútuos e sucessivos de ambas as partes, é assinado o tratado de paz entre D. Fernando e o rei castelhano, precisamente nesta vila raiana. Nesta altura era já uma realidade a famosa Confraria dos Casados⁵, criada por bula papal passada em Avignon⁶, com sede na demolida Igreja de Nossa Senhora dos Casados situada nos cruzamentos das ruas da Carreira e da Cadeia onde até há bem pouco tempo se encontrava a agência do Banco Nacional Ultramarino.

¹ Existem inúmeras atalaias nos campos à volta da cidade de Elvas. Topónimos como Torre de Bolsa, Torre de Picão, Torre das Arcas, Atalaia dos Sapateiros ou Fortaleza são exemplos de toda uma panóplia de toponímia que indicia a presença de uma construção militar e que deviam ser alvo de um estudo mais aprofundado.

² Nome polémico pois parece ter a sua construção começado antes do reinado de D. Fernando (e prolongado pelo séc. XV).

³ Esta muralha apesar da tradição historiográfica a apelar de *Fernandina*, foi de facto começada a construir no reinado de D. Afonso IV, tal como em Évora acontece, tese defendida por António Tomás Pires já no início do séc. XX.

⁴ Amílcar F Morgado, *Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar*, pp. 14-15.

⁵ Também chamada "dos Bencasados", mas para o desenvolvimento deste assunto poderá o leitor interessado consultar a obra *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas de Eurico Gama*.

⁶ Jorge Rodrigues, Mário Pereira, *Elvas*, p. 13.



Igreja de Santa Maria dos Casados

Os Paços do Concelho situavam-se então na Praça da Porta de Santiago⁷, junto aos actuais “Cantos da Carreira” depois de se terem situado no topo norte do Largo do Salvador, junto à “Judiação Velha”⁸. Nesta altura Elvas tinha, para além de várias igrejas já citadas, pelo menos cinco albergarias e um hospital: a albergaria de Santo Spiritus (na ermida do Espírito Santo, séc. XIV), a albergaria de São Joannes (fundada pela ordem do Hospital de S. João de Jerusalém junto à ermida de S. João, onde mais tarde se erigiria o edifício dos Terceiros de S. Francisco), a albergaria da Alcáçova (pela milícia da Ordem de S. Bento d’Aviz na Igreja da Alcáçova), a albergaria da Magdalena (fundada pela Ordem do Templo juntamente à Igreja da Magdalena no local da actual Igreja das Dominicanas, arruinada aquando da construção desta última), a albergaria de S. Domingos (junto ao Mosteiro de S. Domingos, com funções de hospital, que Cosmader se encarregaria de destruir no séc. XVII), a albergaria de S. Estevão (instituída pelo guerreiro e arcebispo de Braga D. Estevão Soares da Silva que acompanhou D. Sancho II na tomada da cidade, foi demolida para a construção do Mosteiro das freiras de Santa Clara no séc. XVI) e finalmente o chamado hospital dos Romeiros, anexo à Igreja de S. Tiago, talvez no local da actual biblioteca municipal, que abrigava os devotos peregrinos na ida a Compostela.



Paços do Concelho medievais, hoje parte de uma habitação do Largo do Salvador

É de 1385 a primeira notícia que temos da hoje inexistente⁹ Igreja de Nossa Senhora Da Paz ou de São Vicente erigida no Largo com o mesmo nome. Correspondente esta notícia a um testamento do padre João Durães que diz “Mando que dêem a São Vicente 100 lb. e tenha-as João Couto e dê-as aos mestres como forem fazendo a egreja”¹⁰.

Em termos sociais, o século XIV foi um período de afirmação de linhagens locais. Na vila raiana viviam alguns nobres pertencentes a uma elite terratenente que ombreava com uma aristocracia vilã¹¹. No séc. XV, por exemplo, o “Infante Santo” tem aqui vários criados servidores e protegidos. O aumento crescente de população da vila d’Elvas leva à gradual ocupação dos espaços de cultivo deixados aquando da construção da cerca trecentista.

Com uma área intra-muros de cerca de 30 hectares, Elvas teria à volta de 4800¹² habitantes o que exigia já outros recursos ao nível, por exemplo, do abastecimento de água, já que o mesmo era ainda feito pelo muçulmano *Poço d’Alcalá* que já era insuficiente. É em 1498 que os procuradores de Elvas pedem a D. Manuel I que lhe resolva o problema¹³. Seria então lançado na povoação o imposto do Real d’Água¹⁴ (recaía sobre bens de consumo) para futuramente ser construído um aqueduto. É precisamente com o reinado de D. Manuel I que Elvas vai ganhar ainda mais posição de destaque no país com múltiplas obras por toda a povoação.

⁷ Fernando Branco Correia, *op. cit.*, p. 379.

⁸ O espaço ocupado pelo Largo do Salvador seria um espaço bastante movimentado dado que em 1498 existe uma queixa nas cortes que diz que “hortelões, os besteiros, as pescadeiras e as padeiras vendiam os comestíveis à população, levantando de ordinário uma tal vozeria, com pregões e chamadas (...) com a algazarra os padres do Salvador distraíam-se da oração e tinham de interromper os ofícios e práticas religiosas a que estavam obrigados” conforme nos diz Vitorino d’Almada em *Elementos para um Dicionário (...)*, Tomo I, p. 38.

⁹ Tinha esta igreja várias sepulturas, entre as quais a salientar a de D. Agostinho, bispo de Burgos, a do Mestre João Fernandes e de vários tabeliães de Elvas. Nas memórias paroquiais, em 1758, dizia-se ser abobadada, muito pobre e sem fábrica alguma. Tinha três capelas, um retábulo em talha antiga, depois dourada, onde apareciam três quadros pertencentes à Ressurreição de Cristo, uma tribuna onde se expunha o Senhor Sacramentado de talha dourada e uma imagem de São Vicente, orago da igreja. Nas capelas encontravam-se imagens da Senhora da Alegria e de São Bartolomeu. Todas as capelas da igreja tinham uma irmandade. No peitoril do coreto estava a inscrição: “Oliva, si arbor Pacis est, Beata Virgo totius mundi reconciliationem obtinuit. Mihi adherere in e aspem meam”. Em 1786 já se encontrava a capela arruinada e em 1826 foi a capela-mor modificada. A 15 de Agosto fazia-se no seu adro um grande arraial “espalhando-se as pessoas desde o meio da rua do Cano”. Finalmente em 1927 achou-se necessária a sua demolição e o local foi transformado em 1938 no Jardim dos Combatentes da Grande Guerra, apelidado pelos populares de Jardim das Viúvas.

¹⁰ Livro do Tombo velho dos Bens da Colegiada de São Pedro, fls. 37v, Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Elvas, in B.M.E., cit. Por Eurico Gama, *Roteiro Antigo de Elvas*, III, p. 42.

¹¹ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 563-568.

¹² Fernando Branco Correia, *op. cit.*, p. 424.

¹³ Jorge Rodrigues, Mário Pereira, *op. cit.*, s. p. 45.

¹⁴ Imposto esse que vai ser pago no séc. XVII, em tempos de crise, por toda a população portuguesa e que tem a sua origem neste acontecimento aqui em Elvas.



Património Histórico de Elvas

Santa Casa da Misericórdia

Depois da inauguração do Museu de Arte Contemporânea de Elvas no antigo espaço do Hospital Distrital de Elvas, a revista "Elvas História Viva" não podia deixar de escolher este edifício para o seu n.º 3



Designação: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Localização administrativa: Freguesia de Assunção, Rua da Cadeia

Tipologia: Arquitectura religiosa

Período de construção: Sécs. XVI, XVII e XVIII



Não se sabe uma data certa para a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Elvas. No entanto, vários estudos apontam para o final do ano de 1501 e o início de 1502, quando Álvaro da Guarda, escudeiro da Casa Real de desloca à zona de Elvas para pôr em prática a determinação do monarca de instituir Misericórdias. Assim o faz em Olivença em Novembro de 1501 e muito provavelmente o fará em Elvas onde a 24 de Abril de 1502 já é referida uma Misericórdia num testamento de Gonçalo Sanhudo, escudeiro (B.M.E., Tombo de Alcáçova, fls. 55).



Escadaria da entrada principal

Ficava assim a assistência em Elvas resumida a um único espaço, depois de desde há séculos ter vindo a ser feita em vários hospitais e albergarias. Talvez a Santa Casa da Misericórdia de Elvas tenha adaptado um desses hospitais nos primeiros tempos, uma vez que ainda em 1555 os jesuítas Manoel Fernandes e Pedro de Santa Cruz reuniam esmolas para a edificação do hospital. O edifício começou a ser construído pouco depois mas, em 1562 ainda estava incompleto, pelo que a eleição do Provedor desse ano ainda se fez na igreja da Madalena, onde de facto estava a Confraria da Misericórdia. A igreja da Misericórdia já estava aberta em 1566. A construção que hoje observamos foi feita faseadamente.

Por exemplo, em 1661 ainda se edificava a sala do consistório e o hospital achava-se pouco sadio porque a maioria das construções seriam subterrâneas, por isso não servia. A grande obra principiou em Setembro de 1742, mudando-se entretanto os doentes para o armazém da Vedoria Geral do Exército em frente do Hospital Militar. Dez anos depois, a 17 de Junho de 1752 estava o edifício pronto a receber os doentes e custando a obra 13.320\$000 reis.

Em 1835 sofreu o Hospital da Misericórdia várias alterações por "não corresponder ao seu fim, por lhe faltar a precisa capacidade para conter os pobres enfermos que affluem, e mesmo porque não tem as enfermarias convenientes para o tratamento das enfermidades que exigem separação dos doentes, carecendo além d'isso d'uma enfermaria para convalescentes, e d'acomodações indispensáveis para o bom s

serviço da mesma Santa Casa, acrescentando mais achar-se situada no centro d'uma cidade populosa, mui pouco espaçosa e por isso expostos os seus habitantes a graves prejuízos em caso de contágio". Apesar de D. Maria II ter doado o Convento de São Paulo para se fazer um novo hospital, tal nunca se realizou por a Misericórdia achar o espaço pequeno.



A direcção da Santa Casa pensou ainda construir um novo edifício em 1896 sobre as ruínas do convento das Dominicãs, no entanto a Misericórdia ficaria sempre na rua da Cadeia, onde já no séc. XX se instalaram também (no prédio em frente, ao lado da torre fernandina) o laboratório de análises (1º andar) e o asilo de Silva Martins (2º e 3º andares) O hospital da Misericórdia permaneceu neste edifício até ao início dos anos 90 do séc. XX quando se inaugurou o hospital de Santa Luzia.



Caracterização artística:

O exterior do edifício é constituído por várias janelas em cantaria de mármore. Sobre a porta principal temos as armas reais de D. João V encimadas por um nicho com Nossa Senhora do Amparo, obra de José Francisco de Abreu. No interior do edifício deparamo-nos com uma larga escada de cantaria. Ao meio, sobre um portado de pedra, encontra-se um nicho onde estava outra imagem de Nossa Senhora do Amparo em pedra com a inscrição: "Lopo de Baião a mandou fazer ano de 1560" (imagem que chegou a estar colocada sobre a entrada principal). No cimo da escadaria temos uma antiga enfermaria e a sala do consistório. Nesta última destacamos os magníficos painéis de azulejos setecentistas descrevendo a vida e a morte

de Santa Isabel e o "nascimento do sagrado Baptista". O pavimento é de xadrez de pedra branca e preta e no topo encontra-se um nicho com um Senhor Crucificado.

No que diz respeito à igreja, a sua frontaria é caracterizada por um pórtico em granito da região com molduras e pináculos, sobre o qual está uma imagem de Nossa Senhora da Piedade que esteve colocada sobre a porta do antigo hospital entre 1566 e 1742 e ainda duas janelas simples e um óculo oval no frontão. O interior do templo é de três naves separadas por quatro arcos de volta redonda de cada lado. A capela-mor foi pintada a fresco em 1606 por José d'Escovar, mas é hoje caíada e tem a cobertura em cúpula e um altar de alvenaria; dos lados, dois altares de madeira, com as imagens de Nosso Senhor Salvador à direita e de Santa Luzia à esquerda. Sobre a urna, construída em 1856, encontra-se o sacrário. O pavimento da capela-mor é em alcatifa (comprada em 1845 por 63\$000 reis).



No arco do cruzeiro, em volta redonda, achamos um painel de azulejos policromo com as armas portuguesas e o emblema da Santa Casa, oferta de um devoto que o mandou fazer em Lisboa em 1832 por 12\$000 reis. Já nas capelas laterais encontramos, do lado da Epístola, uma dedicada a Nosso Senhor Crucificado e, do lado do Evangelho, uma invocando Nossa Senhora do Amparo. Há que referir que as capelas laterais eram de talha dourada, no entanto foram modificadas para cantaria em 1814 pelo canteiro borbense Angélico Vellez. Há ainda a referir o tecto pintado, o órgão proveniente do Convento de São Paulo, os dois confessionários (obras de 1846) e três bancos de finais de setecentos existentes na igreja, antes de passar à sacristia. Esta última tem as paredes revestidas por um silhar de azulejos azuis e brancos representando cenas profanas em medalhões ovais.



Arquivo Histórico Municipal de Elvas

Mais de um ano após a inauguração do Arquivo Histórico Municipal, já todos os elvenses sabem a riqueza documental que ali qualquer um pode encontrar. Em mais de dois quilómetros lineares de documentação, o investigador pode saber mais sobre a história da cidade de Elvas, do seu Concelho ou do seu antigo Bispado. Pode ainda, e essa tem sido a grande atracção da instituição, construir a sua árvore genealógica e saber quem são os seus antepassados. Para isso têm-se organizado workshops mas não só. O arquivo histórico está aberto de Segunda a Sexta-feira (09.00-12.30/14.00-17.30) e os seus funcionários terão todo o gosto em ajudá-lo na sua pesquisa.

De entre os fundos do Arquivo Histórico Municipal destaca-se por exemplo o fundo do antigo Bispado de Elvas (1570-1881) que em 80% é constituído pelos processos de casamento de todos aqueles que se casaram nas suas paróquias entre 1640 e 1881. São centenas de metros de documentação importantíssima não só para fazer a história social e económica da região, como também para a Genealogia. Mas porquê? Pode perguntar o investigador.

Primeiro que tudo, devemos sublinhar que o espólio contempla todas as paróquias do antigo bispado (incluindo Alter do Chão, Alandroal e Olivença) mas que recua apenas até 1640 e não até ao início do bispado (1570) porque na Guerra da Restauração, travada com o vizinho espanhol, este se encarregou de queimar esta documentação em falta. Ainda assim restaram os processos de todos os que se casaram nos 241 anos que separam 1640 de 1881.

Um processo de casamento é um documento que varia no seu tamanho consoante o grau social e profissional do casal que pretendia dar o nó. No entanto, todos eles possuem informação fulcral para conhecer melhor os seus antepassados. Primeiro que tudo, o pároco ia conhecer o passado da família dos nubentes e assentava nesse processo os seus registos de baptismo, conhecendo assim os pais e avós dos mesmos. Nomes, idades, profissões e por vezes até a morada, são factos

que o pároco transcrevia para o processo. Para além disso, muitas vezes os vizinhos tinham também que dar o seu parecer e então aparecem-nos depoimentos sobre a vida destas pessoas que pretendemos conhecer melhor. Se o noivo era militar, surge a autorização do Regimento, e se os noivos eram primos em 1º, 2º ou 3º grau, o caso ia até à justiça canónica e aparecem-nos processos com centenas de páginas, umas vezes favoráveis, outras desfavoráveis ao casamento.

São estes documentos que também o ajudarão a conhecer melhor o passado dos seus e que esperam por si no Convento de São Francisco.

Documento do Trimestre

Elementos para um Dicionario de Geographia e Historia Portugueza relativos ao concelho d'Elvas e extintos de Barbacena, Villa-Boim e Villa-Fernando.



Extensa e preciosa obra elaborada por Vitorino d'Almada, historiador elvenses do séc. XIX que não chegou a ser publicada na totalidade, mas da qual o Arquivo Histórico Municipal de Elvas possui os manuscritos que dariam continuação à publicação. Trata-se de um dicionário sobre todos os aspectos de Elvas desde a sua fundação até à realização da investigação nas duas últimas décadas do séc. XIX.

Vitorino de Santa Ana Pereira de Almada

Nasceu em Elvas a 21.09.1845

Faleceu em Elvas a 31.03.1899





Recriação Histórica

Nos passados dias 28 e 29 de Julho foi organizado pela Câmara Municipal de Elvas, na Parada do Castelo, o Festival Medieval, que contou com dezenas de figurantes, um torneio medieval a cavalo, mostra civil, ceia em ambiente medieval, arruada musical, mercado medieval, cuspidores de fogo, tiro com arco, mostra de armas e jogos infantis, que ajudaram a recriar um ambiente onde conviveram diversas centenas de pessoas que acorreram àquele espaço.



A medievalidade suscita desde o séc. XIX um interesse particular do público. De facto, desde o período romântico que o recuo no tempo até à Idade Média se fez através de recriações históricas, comemorações e até da arquitectura com o surgimento de estilos como o neo-gótico ou o neo-românico. Esse carinho pela medievalidade surge pela necessidade de identidade de um lugar ou país, mas também pelo encanto que estas datas causam na população em geral. Como se vivia, como se trajava, ou como se comia são perguntas às quais se responde num festival deste género.



Estas recriações normalmente são iniciativas do foro autárquico e visam a envolvência de toda a comunidade.

Além da sua vertente cultural e recreativa, a valência pedagógica destas actividades é um dos seus principais contributos. Pretende-se ensinar a História, através da teatralização de uma época em que o rigor histórico deve imperar, de forma a induzir correctamente e de forma lúdica, nos participantes, uma noção do período histórico recriado.



A dinamização do espaço patrimonial português é outro decorrente das recriações históricas e correntemente o cenário privilegiado para estas realizações são os castelos e as suas paradas.



A recriação histórica é sempre um contributo para a valorização da história e do património locais e é com esse intuito que a Câmara Municipal de Elvas organiza esses eventos. O caminho para a candidatura a Património da Humanidade passa também por aqui. Uma das exigências que a UNESCO sempre tem em conta é a do chamado “genius loci”, ou seja, o espírito do lugar. É esse espírito de lugar que tem estado a ser conseguido por diversas iniciativas integradas no projecto “Elvas, História Viva” e sobretudo por este Festival Medieval que se repetirá em 2008.





Museu de Arte Contemporânea

Serviço Educativo do MACE: uma estratégia de comunicação

Os museus, erigidos como templos do saber e do conhecimento, nasceram associados a uma profunda preocupação com a formação dos cidadãos. De um modo implícito ou explícito, elitista ou popular, directo ou indirecto, como finalidade ou objectivo, a educação desde sempre tem acompanhado a instituição museística. No entanto, o museu como instituição pública acessível a todos os tipos de público é um fenómeno recente. Só a partir da década de 60, a educação nos museus surge como matéria de reflexão e de estudo. Assiste-se à passagem de uma política museística, centrada no objecto, na sua aquisição e conservação para uma política centrada nos indivíduos que dele podem usufruir.



Inseridos na sociedade contemporânea, os museus põem em causa a sua existência se não se afirmarem como locais onde o público desenvolve os seus conhecimentos e alarga a sua compreensão do mundo que o rodeia. Apesar de ainda termos um ensino-aprendizagem muito orientado para a transmissão unilinear de teorias e princípios, a sociedade contemporânea exige que o papel do educador no museu não passe pela transmissão de conhecimentos, a sua função é introduzir e gerir o debate, promover a reflexão e lançar questões, ou seja, ser o mediador cultural entre os produtos do discurso científico e o público visitante.

Em todas as épocas o ser humano tem tido a necessidade de se representar a si mesmo e a realidade que o rodeia como forma de compreender a sua própria existência e o mundo que o envolve. De facto, a arte reflecte um tempo e um contexto sócio-histórico, sendo que a arte contemporânea reflecte o espírito da nossa época ocupada com questões de identidade: o corpo, os afectos e a memória. A arte tem o poder de provocar e estimular os nossos sentidos, ensina a desaprender os princípios do óbvio que é atribuído aos objectos e às coisas e é poderosa também para mudar visões do mundo e combater a discriminação.

Um educador num museu de arte pode utilizar os objectos culturais para abordar conceitos, valores, tradições, ideias, descobrimentos científicos, sistemas sócio-políticos. Não se podem estudar as obras de arte dos artistas sem mencionar as suas ideias sobre arte, educação, uma vez que estes não vivem fora do entorno cultural. Segundo Hooper-Greenhill (1999), a construção de significados ou atribuição de sentido está dependente dos conhecimentos prévios, crenças e valores. Vemos em função do que sabemos e atribuímos sentido às coisas em função do que vemos. A nossa posição na história, a nossa própria cultura afectam os sentidos das coisas uma vez que este sentido é construído na e através da cultura. A percepção (aquilo que vemos), a memória (o que escolhemos recordar) e o pensamento lógico (o sentido que escolhemos atribuir às coisas) diferem culturalmente porque são construções culturais.



A missão do serviço educativo do MACE é conceber e desenvolver estratégias de comunicação com os diferentes tipos de público-alvo. Pretende-se sensibilizar a comunidade local para as artes plásticas e despertar o interesse e a curiosidade pela arte contemporânea; ensinar a olhar, a questionar, a relacionar e a interpretar as obras de arte; criar o



gosto pela frequência do museu promovendo a aprendizagem ao longo da vida. Para alcançar estes objectivos é necessário criar programas educativos que tenham em conta o meio geográfico, antropológico e sociocultural.



A programação do serviço educativo do MACE é definida no sentido de:

- Conceber ateliers/oficinas temáticos, em torno da colecção e das exposições temporárias, orientados a diferentes tipos de público-alvo, que permitam o contacto com os diferentes materiais e técnicas das artes plásticas;

- Facilitar a familiaridade com os objectos artísticos através de

acções de natureza lúdico-pedagógica, contribuindo para que os sujeitos sejam protagonistas e não apenas receptores de informações para interpretar ou reconhecer obras de arte;

- Integrar a produção artística nas problemáticas da sociedade contemporânea concebendo o trabalho com as obras de arte como portas abertas para a reflexão e o debate sobre o mundo que nos rodeia;

- Trabalhar com as instituições locais (associações socioculturais) e com o conhecimento popular, permitindo o cruzamento de olhares e formas de estar na vida. Dar oportunidade a que revelem a sua identidade local e ao mesmo tempo mostrar-lhes outras identidades;

- Estabelecer parcerias com as escolas do Concelho, do 1º Ciclo ao Ensino Secundário.

Durante o mês de Agosto o serviço educativo concebeu alguns ateliers dirigidos às crianças do Concelho, distantes dos grandes centros de produção cultural, para que estas pudessem ocupar as férias de uma forma criativa, conseguindo também desta forma uma primeira aproximação destes à arte contemporânea. Na sociedade contemporânea, o acesso ao saber não passa pelo seu consumo mas sim pela sua produção.

Um museu de arte contemporânea é sem dúvida um lugar privilegiado para desenvolver o pensamento crítico, interpretativo e associativo.

NOTA: O texto publicado na página 7 do n.º 2 da "Elvas, História Viva" é da responsabilidade da equipa de projecto da recuperação do edifício Colégio de Santiago

Biblioteca Municipal

Recuperação do Edifício do Colégio de Santiago - II parte

Em 2006, iniciou-se o processo de integração da Biblioteca Municipal de Elvas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), um grande passo para a valorização de uma das bibliotecas deste País, possuidora de um acervo de livro antigo extremamente numeroso (cerca de 40 mil livros) e onde se podem encontrar exemplares raros e únicos. Com esta integração e tendo em conta o panorama das bibliotecas municipais da RNBP, a Biblioteca Municipal de Elvas será uma das maiores do distrito devido às suas dimensões e ao número de habitantes do concelho que irá servir.

A RNBP resulta de uma relação de cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, representada pelo IPLB (Ministério da Cultura) e os Municípios.

Este programa iniciou-se em 1987 com o objectivo de construir e desenvolver as bibliotecas municipais segundo os princípios preconizados no Manifesto da UNESCO e lançou as suas bases, apoiado nos resultados do relatório de um grupo de trabalho criado no ano anterior, ao qual competiu definir a política nacional da leitura pública, instituindo um novo modelo de bibliotecas municipais. Foi o primeiro passo para a

criação de uma infra-estrutura essencial para a promoção da leitura e do conhecimento, componentes do desenvolvimento social e cultural.

A Câmara Municipal de Elvas, ao decidir em 2001 recuperar a totalidade do edifício do Colégio de Santiago e instalar a nova Biblioteca integrada na Rede Nacional, revelou essa sensibilidade cultural e assumiu o compromisso de preservar e difundir o espólio bibliográfico riquíssimo de que é detentora.





Museu Rural e Etnográfico

A Debulhadora - II Parte

Quando as debulhadoras foram introduzidas em Elvas. As primeiras reacções dos trabalhadores rurais, foram de inquietação e negação. A crença generalizada era a de que as máquinas vinham tirar o trabalho e reduzir os salários. No entanto passou-se precisamente o contrário, o trabalho aumentou e como a mão-de-obra requeria especialização, para trabalhar com as máquinas, os salários também aumentaram.



Restauração de uma Debulhadora

De acordo com Silva Picão (1903), o conjunto constituído pela locomóvel e debulhadora fixa empregavam o seguinte pessoal:

1 maquinista - que tratava da máquina debulhadora e superintendia o processo da debulha; tudo o que respeitasse à instalação e funcionamento das máquinas estava sob sua direcção e responsabilidade; era ele inclusive que regulava as horas de trabalho e descanso;

1 fogueiro - era responsável pela locomóvel e auxiliava o maquinista; estava incumbido de se levantar mais cedo que os outros para fazer a fornalha; cuidava da locomóvel alimentando-a, regulando-lhe a pressão, lubrificando-a e limpando-a; nas horas de paragem retirava a cinza e no final do dia de trabalho abria as válvulas e limpava a tubagem e tudo o resto; durante todo o dia tinha de ir lançando água em abundância no cinzeiro e proximidades para evitar incêndios;

2 alimentadores - responsáveis pela alimentação da debulhadora metendo-lhe o cereal em rama às braçadas; possuíam os braços resguardados por braçadeiras de couro e os olhos por óculos de sol escuros de rede; trabalhavam na posição de cócoras ou de joelhos, bracejando constantemente à boca de debulhadora e alimentando-a com os molhos que os ganhões lhes chegavam; era um trabalho árduo e extenuante, demasiado excessivo para um só homem durante o dia, daí que fossem sempre dois, enquanto um trabalhava, o outro descansava; apesar de trabalharem só metade do tempo útil ganhavam um pouco mais do que os outros ganhões;

1 trabalhador com uma foice - estava incumbido de cortar os

fios que estavam atados os molhos e alcançá-los ao alimentador;

1 trabalhador com um forcado - que chegava os molhos ao que estava com a foice;

4 a 6 homens retiravam com forcados os molhos do rilheiro e chegavam-nos ao antecedente;

1 homem a retirar a moinha com um ancinho;

2 homens a desviarem a palha;

2 homens com o arrojo ou grade da palha auxiliando a parelha de muares no arrasto da palha para o local das almearas;

2 homens à boca da máquina: um a retirar os sacos que se iam enchendo e a pôr os vazios ou a medir os caixotes para os sacos; outro a remover os sacos cheios no carrinho de mão ou a auxiliar o carregamento para os carros de muares;

2 carreiros das parelhas da palha e da água.

Sensivelmente pela mesma altura das debulhadoras, surgiram as enfardadeiras, também impulsionadas a vapor ou por muares, cuja função era comprimir palhas e fenos. A Enfardadeira mecânica de alta pressão, movida a vapor, funcionava através de um sistema de engrenagens accionado pela locomóvel. Fabricada pela Metalúrgica Duarte Ferreira & Filhos (Tramagal), é constituída por uma estrutura paralelepípedica em metal, assente em quatro rodas raiadas de catorze raios, de eixo fixo em ferro. Possui um sistema de engrenagens na parte dianteira com quatro rodas dentilhadas, duas exteriores e duas interiores, e duas rodas de transmissão accionadas pela locomóvel. Possui ainda tambor de alimentação, sistema de travagem nas rodas traseiras, dois tabiques divisores e lança de tracção.



Locomóvel

Locomóvel, debulhadora e enfardadeira de alta pressão, constituem importantes testemunhos da realidade agrícola do concelho de Elvas. Com toda a certeza, marcarão presença no futuro Museu Rural e Etnográfico de Elvas.

As Nossas Freguesias

--- Vila Fernando ---

Sede de uma freguesia rural do concelho de Elvas, Vila Fernando tem segundo o último censo 353 habitantes. Conhecida por albergar a antiga Colónia Correccional e com um riquíssimo património arqueológico, Vila Fernando tem também uma história com séculos de existência.



A sua área foi ocupada desde cedo no Paleolítico e Neo-Calcolítico, época na qual se construíram a maioria dos vestígios megalíticos da freguesia. Também a civilização romana, atraída pelo clima e especialmente pela boa terra para agricultura, acorreu a este território e aqui construíram diversas *villae*, das quais o Carrão ou a Atalaia dos Sapateiros são grandes exemplos. Diversas epígrafes, cerâmica e outros vestígios encontrados na freguesia de Vila Fernando fazem parte do espólio do Museu do Palácio Ducal de Vila Viçosa e outros ainda farão parte do espólio do Museu de Arqueologia de Elvas.

Após a decadência destas *villae* nos séculos VI e VII, a ocupação islâmica veio dar novo fulgor a partir do início da centúria de 700. A cerca de 30 quilómetros de Batalyaws (Badajoz), capital do reino de taifas, e a 14 de Ialbox (Elvas) é natural que esta zona seja importante em termos de povoamento islâmico. A atestar isso está o topónimo Alcarapinha ou Alcarapina que ainda no séc. XIII dava nome a um punhado de casas dispersas que constituía o que viria a ser Vila Fernando. O povoamento cristão começou com a concessão de terras pelo concelho de Elvas ao mosteiro de São Vicente de Lisboa em 1260 e depois deste ao fidalgo D. João Peres de Aboim em 1264. Certamente as terras foram posteriormente povoadas pelos servos deste senhor juntamente com descendentes de alguns muçulmanos que ficaram.

Em 1320 já o pequeno povoado tem o nome de Vila Fernando, facto que se deve a D. João Fernandes de Lima, casado com D. Maria Anes, filha de João Peres de Aboim e herdeiro das suas terras na zona de Elvas. Tratava-se de um rico-homem, um grande proprietário, herdeiro de coutadas em diversos lugares e uma das importantes figuras que assinou o Tratado de

Alcanizes em 12 de Setembro de 1297.

A fraca densidade populacional ainda em 1320 é atestada pelo arrolamento paroquial onde a igreja de Santa Maria é só taxada com 15 libras. A igreja é pela primeira vez citada nesta data e deveria ter substituído uma antiga mesquita existente durante a ocupação islâmica. Já em 1527, Vila Fernando apenas tinha 10 fogos e continuaria a não ser um aglomerado populacional mas apenas um território com diversas casas dispersas. Até mesmo o pároco em 1543 não era morador em Vila Fernando mas em Estremoz pelo que a igreja se via *ao abandono*.

No séc. XVI as terras de Vila Fernando, entretanto já sede de concelho, foram compradas por D. Catarina, duquesa de Bragança. A sede do município situava-se no monte de Vila Fernando, da Audiência ou do Paço, entre o actual cemitério e a antiga Colónia Correccional.

É com a reedificação da igreja após o terramoto de 1755 que a vila começa a nascer, construindo-se alguns anexos e diversas casas em volta do templo. Em 1758, Vila Fernando conta com 30 fogos e 213 habitantes.

O concelho de Vila Fernando, com cerca de 300 habitantes, foi extinto em 1836 após a reforma administrativa de Passos Manuel e o território passa a englobar o concelho de Elvas na mesma freguesia que Barbacena.

Em 1855 é criada a primeira escola primária oficial que funcionava numas casas da paróquia e em 1895 é inaugurada a Colónia Correccional depois de uma atribulada construção que começou em 1882 com o desenho do Eng. Mendes Guerreiro. O seu primeiro director foi o Dr. Ernesto Leite de Vasconcelos.

Já no séc. XX a igreja paroquial sofreu novas obras com a construção do coro em 1925, do lanternim com três janelas em 1938 e mais tarde em 1974-1975 uma remodelação quase total do templo.

Em 1920 é criada a Junta de Freguesia de Vila Fernando tendo como primeiro presidente José da Costa Hermida, substituído em 1923 por Henrique José Caldeira Queiróz.

A canalização é obra de 1940 e permitiu o aumento da vila que em 1948 já contava com um novo edifício escolar e em 1957 com uma cantina e edifício dos CTT.

Aproveitando o local de um antigo cemitério no interior da vila, foi construída a capela de São José, destinada a casa mortuária.

A construção dos novos bairros começou em 1963 com a criação dos Bairros do Instituto e depois em 1999 com os bairros de S. José e de N.ª Sr.ª da Conceição.

A inauguração do edifício da Junta de Freguesia em 1991. Em 1994 iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento, marcado pela construção de diversas infra-estruturas de modo a garantir melhores condições de vida aos locais. Destaca-se então a construção de dois lares da terceira idade, o reforço da iluminação pública, um polidesportivo, execução do parque infantil, o melhoramento de condutas de água e ainda diversos arranjos urbanos que tornaram esta freguesia ainda mais bonita para os mais de três centenas de habitantes e para os visitantes. A recuperação total da Escola do 1.º ciclo do Ensino Básico é de 2007.



Feira do Livro

Promover o livro e a leitura

As Feiras do Livro, eventos pontuais em quase todos os pontos do país, são momentos por excelência de contacto entre o público em geral e os mediadores e agentes do Mercado do Livro. Em Portugal, mantém-se o hábito de realizar estas feiras no final do mês de Maio e início de Junho, mais por motivos de tradição e clima do que por razões comerciais. Os agentes promotores destas ocorrências são normalmente as Câmaras Municipais, através do seu Serviço de Bibliotecas.



Os objectivos principais destes certames são a promoção do livro e da leitura, ampliar a oferta de âmbito editorial de venda ao público e a criação de estímulos à leitura assim como a habilitação de novos leitores.

A Câmara Municipal de Elvas realizou a sua 1.ª Feira do Livro este ano, de 6 a 13 de Junho, tendo-lhe atribuído um carácter ibérico, facto que contribui bastante para a atracção de mais visitantes e para o enriquecimento do certame.

Os participantes comerciais nestas feiras são frequentemente as livrarias, as editoras e as distribuidoras, as quais através dos stands estabelecem os seus pontos de venda transformando-os em espaços de comunicação, onde expõem os seus principais autores e títulos. Consoante, a especificidade deste expositor comercial, o público em geral vê-se confrontado com vários géneros e formatos livrescos. Assistimos à presença da literatura infantil, da ficção nacional e estrangeira, das obras de referência, da não-ficção (*new age*; culinária; espiritismo; livro prático; guias de viagem; religião; etc.) através do vulgar formato livro ou em formato digital (Cd/Rom/DVD).



Para complementar o espaço de exposição comercial é necessário dinamizar o espaço e cativar os cidadãos, para tal é preponderante a Feira possuir um programa cultural subordinado no seu geral à temática do Livro e da Leitura. Desse programa devem constar por exemplo as seguintes acções:

- apresentação de livros e sessão de autógrafos pelos autores, conferências, declamações de poesia, atelier's temáticos, espectáculos de música, teatro e dança, etc.

Esta é a altura propícia para o mercado livreiro expor a sua Edição, pois são escassos os eventos ou acções em Portugal relacionadas com este segmento do comércio. É também um marco fundamental para um contacto com o produto-livro por parte do público em geral.



Leitura de um livro

Separação de livros por editora

Verificação de livros por editora

A Peça do Mês

Desde o mês de Setembro a Câmara Municipal de Elvas desenvolve a actividade cultural “A Peça do Mês” que consiste na exposição de uma peça mensalmente na Sala de Recepção dos Paços do Concelho, abrangendo todos os espólios museológicos da Autarquia. Ao visitante é oferecido um marcador de livro que explica a peça. Estas peças museológicas estão também a ser expostas em todas as Freguesias rurais, de forma a que a população de todo o Concelho possa ter acesso fácil à informação e ao conhecimento. Esta iniciativa tem como objectivo a divulgação do património museológico de Elvas e inovar a definição de museu como espaço vivo e aberto à população.

Junho

Putto funerário ou cipo

Escultura em mármore branco, que representa uma criança do sexo masculino deitada sobre uma pele de leão. À semelhança das aras romanas e das lápides funerárias de hoje, também os cipós eram utilizados no ritual da morte, como símbolo de afecto entre a família e o morto.

“Putto funerário, deitado sobre uma pele de leão. Apresenta os atributos característicos da torcha derrubada, das papoilas e do carcás das setas”.

in *Portugal Romano*, Jorge Alarcão

N.º Inventário: 5849

Proveniência: Fosso das muralhas de Elvas

Dimensões: Alt. máx.: 80 cm; Larg. máx.: 45 cm

Datação: Período Romano



Julho

Trilho

O trilho tipo Plostellum é constituído por duas longarinas em madeira flectidas em ângulo obtuso no topo dianteiro, ligadas atrás por uma travessa em madeira e à frente por uma tábua espessa à qual está fixo o gancho de ferro para atrelar. Entre as longarinas estão montados três cilindros de madeira de eixo móvel e chumaceiras de ferro com lâminas de ferro cravadas em posições desencontradas. Sobre estas dispõe-se um estrado de madeira elevado por quatro barras de ferro, ao jeito de cadeira, com um pequeno encosto em forma de ferradura.

N.º Inventário: 98-0567

Fundação: Processo tradicional utilizado na debulha de cereais

Datação: Inícios do séc. XX

Proveniência: Grémio da Lavoura de Elvas

Dimensões: Comp. máx.: 156 cm; Larg. máx. 92 cm;

Alt. máx 85cm



Sabia que...?

A Rua de São Lourenço foi uma das primeiras ruas, senão a primeira, a ser calçetada em Elvas? No Livro de Vereações de 1627, fls. 21 lê-se: *calçada de tijollo por ser ladeira*.

O nome da rua provem da igreja que se situa ao fundo da artéria e que foi construída entre o final do séc. XIII e o início do século XIV.



Desde sempre a cidade de Elvas teve problemas com a água. Em 1859 havia em Elvas e nos seus arredores 29 fontes que abasteciam a população, sendo 15 delas pertença do Concelho e por isso tinham uma pequena placa rectangular com a letra C.

- Fonte da Prata
- Fonte do Cangalhão
- Fonte do Rui de Melo
- Fonte ao pégo de Maria a Triga
- Fonte da Tagêta
- Fonte do Cancão
- Fonte do Gorgulhão
- Fonte de Santa Rita
- Fonte dos Clérigos
- Fonte Nova
- Fonte do Poço das Pias
- Fonte da Quinta da Correia
- Fonte de Gil Vaz
- Fonte de Emprenha Machos
- Fonte da Horta da Mina
- Fonte de Nossa Senhora
- Fonte Santa
- Fonte das Damas
- Fonte dos Ferradores
- Fonte da Pedra
- Fonte de São Mamede
- Fonte de Barbalagão
- Fonte do Paço do Concelho
- Fonte do Senhor da Piedade
- Fonte das águas em saco
- Fonte da Porta do Bispo
- Fonte de São Pedro das Vinhas
- Fonte dos Sapateiros
- Fonte das Sete Fontes



Soluções do número anterior

Encontre 12 palavras relacionadas com a História de Elvas



1. Judeus
2. Corujeira
3. Villas Romanas
4. Linhas de Elvas
5. Megalitismo
6. Fortificações
7. Bispado
8. Alcáçova
9. Muçulmanos
10. Castelo
11. Aqueduto
12. Talbax



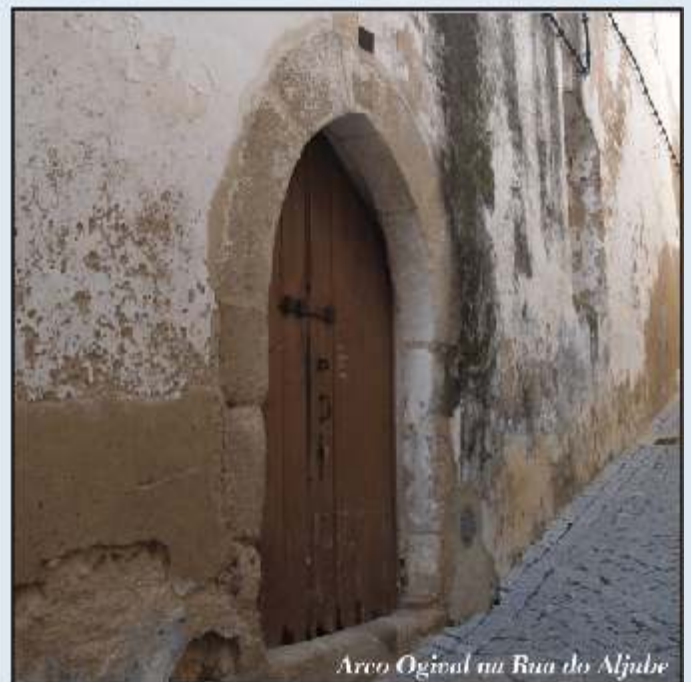
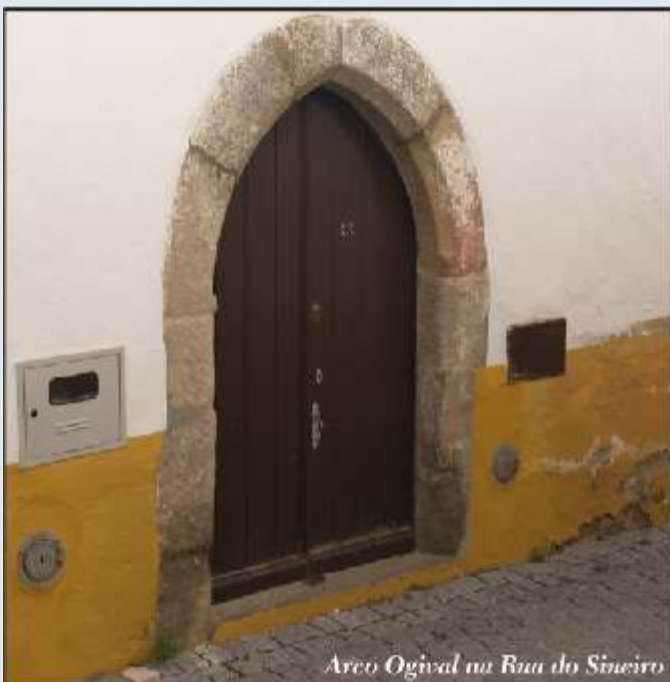
Fonte do Senhor Jesus da Piedade

Tesouros do Nosso Concelho

Arcos Ogivais

Os centros históricos das cidades portuguesas são marcados pelos traços que os tempos aí deixaram e pelos pormenores artísticos que neles podemos observar. O centro histórico da cidade de Elvas é rico neste património único que os especialistas apelidam de *petit patrimoine*.

Exemplo do que acabamos de falar são os portais em arco ogival que se descobrem em Elvas. Estão identificadas quinze portas em arco ogival no centro histórico, sendo todas elas um testemunho do passado medieval da cidade.



O arco ogival ou arco quebrado é uma inovação arquitectónica que nos aparece na arquitectura gótica e que veio substituir o arco de volta perfeita mais utilizado no românico. Esta inovação permitiu aos construtores sustentar abóbadas mais elevadas, tendo surgido no oriente e depois em França.